

LEILÃO DE TRANSMISSÃO

Eletrobras e chinesas são as apostas

CAROLINA MARCONDES

DA AGÊNCIA REUTERS

O leilão de transmissão de energia marcado para o próximo dia 11 deverá ter novamente forte presença estatal e de estrangeiros, mas os lances de empresas espanholas, antes comuns, poderão ser substituídos por ofertas chinesas. O nível do deságio na licitação para construção, operação e manutenção de mais de 700 quilômetros de linhas de transmissão dependerá do apetite chinês e da Eletrobras, segundo especialistas.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) leiloará as concessões de nove lotes em São Paulo, Rio Grande do Sul, Pará, Maranhão, Mato Grosso, Alagoas e Bahia. Os investimentos são de R\$ 700 milhões e vence quem oferecer a menor Receita Anual Permitida (RAP), o faturamento a que se tem direito pela prestação do serviço a partir da entrada em operação. O lote mais disputado deverá ser o Araraquara-Taubaté (SP). Com 356 quilômetros, a RAP será de R\$ 31,2 milhões.

“A política do governo é a de volta das estatais como grandes investidoras. Além disso, estamos em ano de eleições, e o governo pode mostrar competitividade”, disse o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, Adriano Pires.

No ano passado, aconteceram dois leilões de transmissão. Ambos tiveram forte presença de empresas da Eletrobras (Eletrosul, Eletronorte, Furnas e Chesf), embora a Espanha marcasse presença. No primeiro deles, a espanhola Abengoa, em parceria com Eletronorte e Cteep, arrematou

dois de 12 lotes. No segundo, em novembro, a espanhola Cobra Instalaciones – que já tinha saído vencedora em leilão no fim de 2008 – se dispôs a ter faturamento 26,2% inferior à receita máxima por um dos 8 lotes ofertados. No cômputo geral, o maior deságio no leilão de maio de 2009 foi de 47,2%, enquanto no de novembro foi de 32,44%.

Pires avalia que a época da marcante participação espanhola em leilões de energia acabou. “No começo da década, a Espanha cresceu muito e eles entraram no Brasil em infraestrutura, mas a situação

mudou. Não descarto a participação, mas as ofertas não serão agressivas”. A expectativa de fraca participação de investidores espanhóis se explica, em parte, pela crise fiscal na zona do euro, inclusive na Espanha, deflagrada neste ano.

Para o professor do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Nivalde de Castro, “as empresas da Eletrobras serão mais ativas por terem dinheiro em caixa”. Ele também prevê construtoras e fundos de investimento na disputa. “O segmento de transmissão é uma caderneta de pou-

pança em energia: pouco risco e rentabilidade pequena”, comparou. A Eletrobras confirmou que participará do leilão de transmissão, mas não deu detalhes sobre lotes ou parcerias.

PRESENÇA CHINESA. Na semana passada, a estatal chinesa State Grid Corporation comprou sete das 12 empresas da Plena Transmissoras, de controle espanhol, por R\$ 3,1 bilhões, marcando a chegada dos chineses no setor elétrico no Brasil. O diretor-geral da Associação Brasileira das Transmissoras de Energia (Abrate), Cesar de Barros Pinto, acredita que a State Grid fará propostas já neste leilão.

“Eles têm a vantagem de poder comprar equipamentos mais baratos, e acredito que eles já conhecem bem o modelo energético brasileiro”. Já Castro, da UFRJ, discorda. “Normalmente, após uma aquisição como essa, eles aguardam para se posicionar. Leilões de transmissão ocorrem sempre, e eles devem esperar”.

Outras candidatas são Cemig, Copel, Alupar e Cteep. Das quatro, apenas as duas últimas se manifestaram até o momento. O Conselho da Alupar aprovou a participação da companhia, isoladamente ou em consórcio, no leilão de 11 de junho. A Cteep informou que analisa as oportunidades de licitações “que agreguem valor e contribuam para a estratégia de crescimento da empresa, mas não se manifesta antecipadamente sobre negócios não efetivados”.

As interessadas no leilão terão de 7 a 9 de junho para depositar as garantias. A lista dos qualificados será conhecida em 10 de junho.

BNDES vai duplicar crédito para equipamento

Banco tem linha de financiamento de R\$ 124 bilhões para aumento de produção

Daniel Haidar, do Rio de Janeiro
dhaidar@brasileconomico.com.br

A retomada dos investimentos em máquinas e equipamentos foi facilitada por condições mais amigáveis de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na opinião de analistas entrevistados pelo **BRASIL ECONÔMICO**. Isso se deve basicamente ao chamado Programa de Sustentação do Investimento (PSI), iniciado em julho do ano passado, para ajudar a recuperação pós- crise, já que essa linha de crédito abriu empréstimos para compra de máquinas e equipamentos com uma taxa de juro de 4,5% ao ano em contratações feitas até julho de 2010. “Ora, 4,3% foi a nossa inflação (IPCA) no ano passado, no que se deduz que a taxa de juros real ficou quase zero”, diz o economista Julio Gomes de Almeida, professor da Unicamp e ex-secretário de política econômica do Ministério da Fazenda.

Entre julho do ano passado e março deste ano, o PSI desembolsou R\$ 30,6 bilhões a empresas interessadas em ampliar a capacidade produtiva e renovar o maquinário industrial. Já havia, no total, nesse período, contratos fechados para R\$ 55,3 bilhões em financiamentos para 107 mil operações de aquisição de bens de capital. Hoje, a fonte

ainda está longe de secar. O BNDES tem ao todo R\$ 124 bilhões para essa linha de crédito, que só está programada para existir até o fim de 2010. A partir da metade deste ano, a taxa de juros sobe para 5,5% ao ano.

Projeção prevista

No Finame, outra tradicional linha de crédito do BNDES para a compra de máquinas e equipamentos, houve duplicação dos desembolsos, para R\$ 11,3 bilhões no primeiro trimestre deste ano, crescimento de 135% frente ao mesmo período do ano passado, o que já chega perto da metade do desembolsado em 2009: R\$ 24,1 bilhões.

O professor David Kupfer, coordenador do Grupo de Indústria e Competitividade da UFRJ,

diz que seria importante expandir o funcionamento do PSI para depois de 2010. Assim ficaria mais fácil alcançar uma taxa de investimento de 20% sobre o Produto Interno Bruto (PIB) no ano que vem. Com a crise, a taxa de investimento derrapou para 16,7% no acumulado de 2009. “Podendo ser estendido, é desejável”, diz Kupfer.

Para o professor, a recuperação dos investimentos em máquinas e equipamentos era esperada, já que muitas empresas engavetaram projetos à espera de um mercado mais aquecido.

Como entrou em vigor em julho do ano passado, o PSI só começou a render frutos neste início de ano, na opinião de Gomes de

Almeida. Isso porque ele calcula que a compra de máquinas demora, em média, seis meses para repercutir na economia. Isto é, da encomenda ao chão da fábrica, espera-se quase um semestre. “Já está aumentando a capacidade produtiva e isso é bom para o país, que está cheio de pressão inflacionária”, argumenta.

Por outro lado, a economista Luiza Rodrigues, do banco Santander, baseada em estudo recente, estima que se demore em média 17 meses para que a produção de bens de capital reflita na economia. Desse jeito, o banco projeta que a formação bruta de capital fixo deve crescer 16,8% em 2010 e recuperar o tombo de 9,9% em 2009. ■



Está aumentando a capacidade produtiva e isso é bom para o país, que está cheio de pressão inflacionária

Julio Gomes de Almeida,
professor da Unicamp

FINAME

R\$ 11,3 bi

foi o valor desembolsado na linha de crédito Finame, para máquinas e equipamentos, no primeiro trimestre de 2010, mais que o dobro (135%) do que em 2009.

PSI

R\$ 55,3 bi

é o volume de financiamento contratado pelo Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que oferece juros de 4,5% ao ano para compra de máquinas.